

O Vôo Cego da (falta de uma) política nacional de cinema

por Manoel Rangel

Já está passando da hora de que alguém diga em alto e bom som o que muitos pensam, mas ninguém diz: é preciso recriar a Embrafilme. Pode não ser este o nome, certamente não será nos mesmos moldes da falecida, mas não é possível gerir a política de cinema do país sem a existência de um organismo forte e com autonomia para disputar espaço no mercado para o cinema brasileiro.

Os termos da equação não são novos. Persistem os velhos obstáculos: as salas de cinema ocupadas, as televisões ocupadas, o mercado de vídeo ocupado. A sustentar esse quadro, amplamente desfavorável, um mecanismo de produção que não favorece a continuidade e a busca de novos caminhos; um setor de distribuição monopolizado pelas *majors* americanas; exibidores submissos à política de lote das *majors* ou aos “encantos” do filme americano; redes de televisão desobrigadas da exibição de filmes brasileiros e da contratação de produções independentes; locadoras de vídeo com prateleiras com um gênero único no mundo: “nacional”.

Diante disso que filme brasileiro será capaz de encontrar o seu público? Como esperar que os filmes se paguem e retornem para viabilizar novas produções? Como cobrar que os filmes dialoguem com a nossa realidade, nossos dilemas, nosso futuro? Como acreditar que é possível a curto prazo levar a nossa cinematografia a atingir 20%, 30% do mercado brasileiro de cinema?

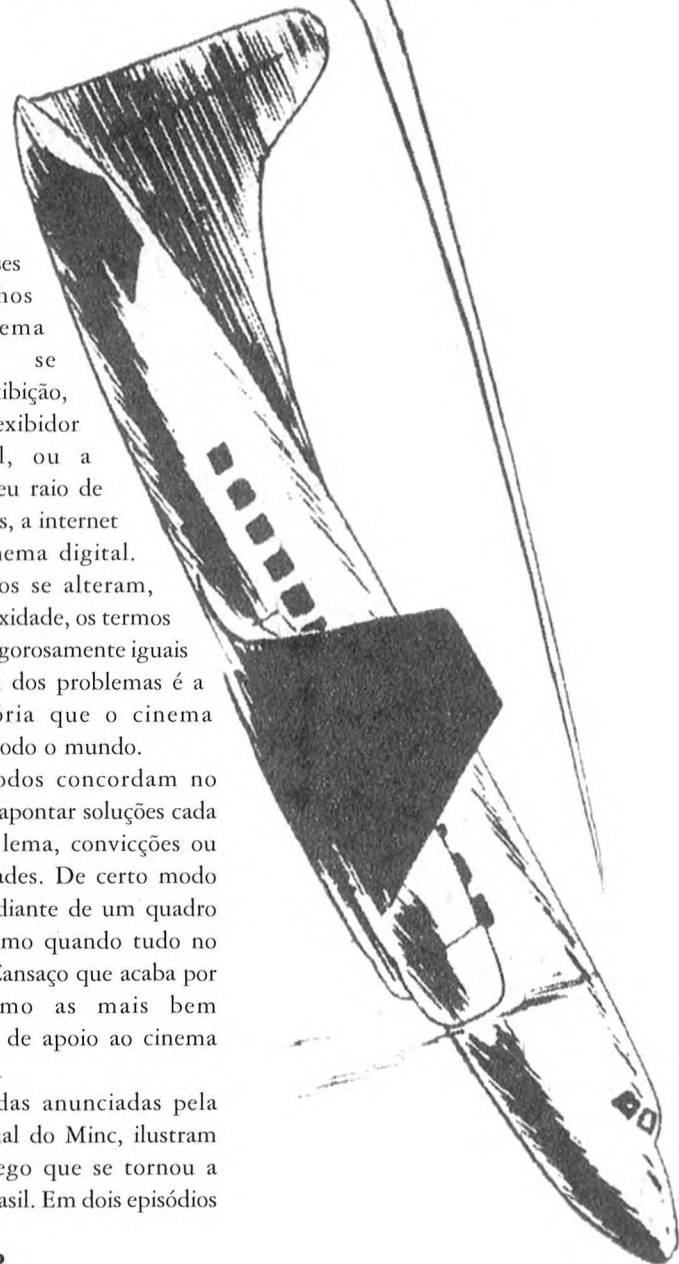
A cansativa ausência de novidades

Postos às claras, esses são alguns dos velhos problemas do cinema brasileiro. Alguns se sofisticaram, como a exibição, diante da entrada do exibidor americano no Brasil, ou a televisão, ampliado o seu raio de ação com os canais pagos, a internet e o surgimento do cinema digital. Entretanto, se os dados se alteram, ganhando maior complexidade, os termos da equação continuam rigorosamente iguais e em essência a origem dos problemas é a concorrência predatória que o cinema americano exercita em todo o mundo.

Entretanto, se todos concordam no diagnóstico, na hora de apontar soluções cada um segue seu próprio lema, convicções ou simplesmente necessidades. De certo modo revelando um cansaço diante de um quadro que não se altera, mesmo quando tudo no mundo parece mudar. Cansaço que acaba por tornar inócuas mesmo as mais bem intencionadas medidas de apoio ao cinema brasileiro.

As últimas medidas anunciadas pela Secretaria do Audiovisual do Minc, ilustram com exatidão o vôo cego que se tornou a política de cinema no Brasil. Em dois episódios

O motor direito está falhando! Estamos perdendo altitude!



distintos, mas bastante próximos, a secretaria do Audiovisual anunciou: 1. A intenção de permitir às televisões brasileiras a utilização dos mecanismos da lei Rouanet e da lei do Audiovisual para produzir cinema; 2. A redução da cota de tela para o filme brasileiro.

Os episódios tiveram protagonistas distintos. O primeiro é de lavra única e exclusiva do secretário do Audiovisual e do ministro, numa tentativa canhestra de viabilizar o cinema brasileiro, a partir, em suas próprias palavras, da mais bem sucedida indústria audiovisual brasileira. O ministro concluiu que permitindo às redes de televisão o abatimento integral do imposto de renda elas se interessarão pela produção de filmes brasileiros, e com isso viabilizarão uma indústria cinematográfica. Esqueceu de combinar com as redes de televisão, que apressaram-se em negar o interesse no mecanismo, obrigando a rede Globo, possível interessada com sua Globo filmes, a dizer o óbvio: não necessita de incentivos governamentais para produzir cinema.

O segundo episódio é mais complicado. Sacramentada pela SAV, a redução da cota de tela resultou de um acordo feito pelo SNIC com a FENEC, com a anuência da ABRACI e da APACI. O acordo, que só será de conhecimento público quando da sua publicação pelo governo, prevê que a cota de tela vai variar de acordo com a quantidade de salas mantidas pelo exibidor em um determinado ponto, sempre de acordo com uma planilha que prevê como piso para uma única sala uma cota de tela de 28 dias. A planilha, com uma série de variáveis, termina por estabelecer uma cota de tela inferior aos 49 dias em vigor. A base do acordo: a inexistência de mecanismos de fiscalização que assegurem o cumprimento da cota de tela. A partir desse fato conclui-se que o melhor

caminho é um bom entendimento com o exibidor, aquém do que a frágil legislação já garantia ao realizador – esquecido o fato de que todo bom entendimento com o exibidor no Brasil esteve apoiado antes de tudo em legislação favorável ao filme brasileiro e fiscalização.

Cada um a seu modo, levando em conta que nenhum dos protagonistas são desavisados dos problemas reais do nosso cinema, os dois episódios sinalizam uma mesma e grave enfermidade: a desistência diante do verdadeiro entrave ao desenvolvimento do cinema brasileiro, ou na melhor das hipóteses o desespero diante de números que não se alteram ou de problemas que não se resolvem.

As razões sociológicas da SAV

O ministro da Cultura e o secretário do Audiovisual, esclarecidos que são, têm feito algum esforço para envolver o conjunto dos organismos e atores do cinema brasileiro na gerência da política governamental de cinema. Empenham-se em entender as questões do setor, discorrendo horas sobre as questões e tentando pescar aqui e ali as medidas que se fazem necessárias. Anunciam já há bastante tempo uma consolidação geral das leis do setor, que entre outras medidas traria de volta o recolhimento de uma parte dos impostos sobre a remessa de lucros das *majors* para um fundo de cinema e reestabeleceria valores reais na cobrança de taxas sobre a entrada do produto audiovisual estrangeiro no Brasil (que hoje entra no país como quer, pagando apenas uma taxa simbólica).

A par as boas intenções e o desejo de fazer, o Ministério vai dando mostras de que não reúne em si o domínio e a força necessários para implementar nem a consolidação das leis com as duas simples mas fundamentais

medidas; nem um projeto de cinema para o Brasil. O que os impede? Em parte o desejo de operar o congraçamento entre os interesses do cinema americano e os realizadores do cinema brasileiro, reunindo na mesma casa como irmãos a raposa e a galinha. Em outro tanto, provavelmente, a percepção íntima de que não faz muito sentido ficar na defesa de salvaguardas para o cinema brasileiro, quando seus colegas de governo e base política que lhes dão sustentação já abandonaram há muito a defesa de salvaguardas para setores muito mais poderosos da economia brasileira, como a televisão ameaçada pelo ingresso de capital estrangeiro e os bancos em pleno processo de desnacionalização.

Ao ministro da Cultura e ao secretário do Audiovisual não tem restado outro papel senão o de empurrar com a barriga o problema, certos de que algum dia cumprirão o plano de metas da campanha do presidente, e enquanto isso, como não é possível sobreviver inativos, a conduzir um vôo cego pelas centenas de proposições possíveis para o cinema brasileiro, onde tudo está por fazer e qualquer aceno é capaz de comover profundamente realizadores frustrados em sua vontade de fazer cinema.

O (des)encanto dos realizadores

Alguns realizadores brasileiros aprenderam com relativa rapidez a obter recursos de incentivos fiscais entre os gerentes de marketing e empresários, enquanto existiam grandes empresas estatais e homens de governo intermediando o apoio das empresas privadas. Quando as condições favoráveis desapareceram, se deram conta de que o mecanismo inventado, era apenas um mecanismo de produção e mesmo nestes termos, absolutamente precário diante do desprezo das elites brasileiras pela imagem e expressão do povo e do país.

Estes realizadores têm o mérito de terem resgatado a produção de cinema no Brasil, mas junto com ele o demérito de que quando puderam escolher em 1993, em uma situação politicamente mais favorável, optaram por mecanismos que flertavam com os dogmas da turma neoliberal, abdicando da nossa trajetória nos negócios de cinema e de reporem soluções globais para o nosso cinema.

Estes quadros, velhos quadros do nosso cinema, acrescidos de um ou outro noviço, seguem sendo os principais articuladores de toda e qualquer medida que envolva cinema brasileiro. Dominam as leis econômicas do cinema, conhecem a fundo o território em que se movem, detêm a autoridade dos que já fizeram muito. O problema é que ao defrontar-se pela enésima vez com o cenário precário do nosso cinema, abandonaram qualquer projeto de intervenção sistêmica. Passaram a agir por questões pontuais: uma verba para comercialização aqui, uma distribuidora ali, um acordo de exibição acolá. Em última instância movidos mais pelas conveniências dos projetos particulares, do que pelo projeto coletivo de viabilizar o cinema brasileiro, pleno, autônomo, recusando a condição de sócio menor e pitoresco da indústria americana.

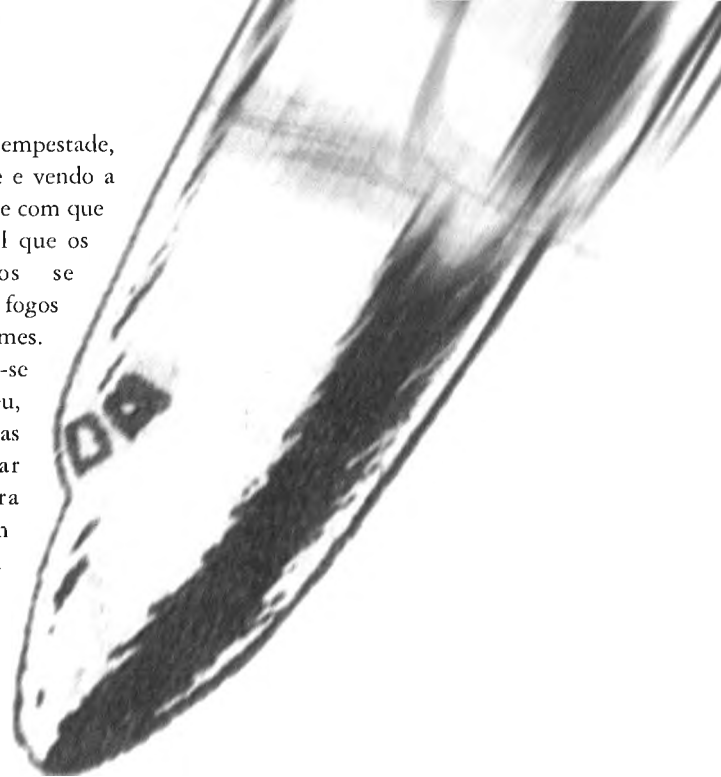
No passado, precisamente durante os anos 60 e 70, boa parte desses quadros usaram toda a criatividade e capacidade de trabalho de que dispunham para viabilizar esse projeto. O projeto de cinema brasileiro os contemplava, como certamente realizando-se agora os contemplaria em posição de destaque. O que se perdeu? Talvez a crença no projeto. Talvez a convicção nas nossas possibilidades de fazer vingar o Brasil, e com ele o cinema brasileiro. Provavelmente curvam-se àquela máxima: pirão pouco, primeiro o meu; lema dos tempos em que vivemos.

Correções de rota

Confrontados com a tempestade, tendo tais pilotos à frente e vendo a nave trepidar a cada parede com que tromba, já não é possível que os realizadores brasileiros se contentem com coquetéis e fogos de artifício para os seus filmes.

É preciso que distanciam-se da tentação de cuidar do seu, de abraçar pequenas medidas paliativas ou pensar corporativamente, para empenhar-se em um projeto geral para o cinema brasileiro. A prosseguir os termos de hoje, o cinema brasileiro seguirá condenado a ser um exilado em seu próprio território, poucos terão as condições para realizar seus filmes e menos ainda para que sejam exibidos adequadamente. Afinal, nem que seja pelo dever do ofício, um filme exige do seu realizador o empenho para que se torne cinema, encontrando seu público, expondo as convicções com que nasceu, provocando outros filmes.

De que projeto geral estamos falando? Daquele que se constituiu de 1975 a 1980, com a existência de um organismo ágil o suficiente para intervir no mercado e lidar com as suas sazonalidades, e sólido o bastante para regular o mercado a favor do cinema brasileiro. Ou seja um organismo que reuniu em si a condição de produtora, distribuidora, legislador e fiscalizador. A esses horizontes teriam que ser agregados com força a lida direta com a exibição e com as redes de televisão. Simplificando: uma Política Nacional



de Cinema, com instrumentos coordenados entre si para fazer com que a mesma seja cumprida.

Por tudo: Embrafilme. Com tudo que ela significou em sua primeira administração. Ao largo das mágoas, por cima da ignorância e do preconceito, nem que seja porque é o único paradigma genuinamente brasileiro, como os nossos filmes, para enfrentar os obstáculos e os adversários, e fazer existir cinema brasileiro. De posse do paradigma, o desafio será lançar mão da mesma criatividade e capacidade de trabalho de outrora, para enfrentar os velhos problemas, os novos e os novíssimos que certamente se apresentarão ao confrontarmos mais uma vez a pretensão hegemônica do cinema americano. Embrafilme, seja este ou outro o nome que queiram dar a Política Nacional de Cinema.